

Algoritmos escutam? Psicoterapia Digital, Privacidade de Dados e Colonialidade dos Dados ¹

Grazielle Barbosa Valença Vilar²

Lafaiete Martins³

Resumo

A crescente incorporação da inteligência artificial generativa no cotidiano desloca seu uso de funções técnicas para a mediação da vida emocional, evidenciando a emergência da chamada escuta algorítmica. Este artigo investiga se algoritmos podem ser compreendidos como formas de escuta no contexto da psicoterapia digital, a partir da análise comparativa dos dados de 2024 e 2025 do The 2025 Top-100 GenAI Use Case Report, que posiciona “therapy/companionship” como principal uso da IA. Ancorado em abordagem teórica crítica, o estudo articula debates sobre opacidade algorítmica, capitalismo de vigilância e colonialidade dos dados, discutindo limites éticos, políticos e epistemológicos da simulação de vínculo. Conclui-se que os algoritmos não escutam no sentido intersubjetivo humano, mas produzem efeitos sociais percebidos como escuta, instaurando um regime ambivalente de cuidado algorítmico.

Palavras-chave:

Escuta algorítmica; Subjetividade Mediada; Inteligência Artificial.

Introdução

A presença crescente da inteligência artificial generativa no cotidiano inaugura um cenário em que a subjetividade humana passa a ser mediada por cálculos algorítmicos. Se no início esses sistemas eram vistos apenas como ferramentas auxiliares para produtividade e automação, os dados mais

¹ Trabalho apresentado no (Eixo Temático 10 – Digitalização da saúde e privacidade de dados) do XVIII Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura. Faculdade Cásper Líbero - FCL, realizado nos dias 11 a 13 de novembro de 2025.

² Doutoranda em Comunicação na Universidade Paulista - UNIP - Pesquisa na área de Comunicação e Cultura Midiática com Bolsa PROSUP/CAPES (BRASIL) Código de Financiamento 001. Mestre em Psicologia, Bacharel e Licenciatura em Psicologia. Licenciatura em Pedagogia, Filosofia e Especialista pelo CRP/SP em Psicologia Escolar/Educacional. Universidade Paulista, S.P., Brasil. graziellevalenca@gmail.com.

³ Mestre em Comunicação e Plataformas Digitais – Universidade Paulista - UNIP. – S.P. - Professor convidado da Disciplina Estratégias Digitais e Algorítmicos do MBA Executivo em Saúde – Einstein Hospital Israelita – lafaieteprofessor@idealmarketingmedico.com.br.

recentes revelam uma mudança expressiva: da técnica à subjetividade, da geração de ideias ao acolhimento emocional. Esse deslocamento não é trivial. Ele reconfigura não apenas as práticas sociais, mas também as condições de possibilidade da escuta e do cuidado em saúde mental.

A questão central que guia este artigo é: os algoritmos escutam? Essa pergunta, que à primeira vista pode soar metafórica, torna-se urgente diante de gráficos e relatórios que posicionam a “terapia/companhia” como o principal caso de uso da IA em 2025. Se antes a confiança social estava depositada em especialistas, agora ela migra para sistemas opacos que oferecem simulações de vínculo. O que está em jogo não é apenas a eficácia técnica, mas a própria redefinição do que significa cuidado, empatia e presença no contexto digital.

Ao analisar comparativamente os dados de 2024 e 2025 do relatório The 2025 Top-100 GenAI Use Case Report, busca-se compreender como a escuta algorítmica emerge como prática social e clínica. O objetivo é interpretar esse fenômeno à luz de uma fundamentação teórica crítica, que considera não apenas aspectos técnicos, mas também dimensões políticas, epistemológicas e coloniais da digitalização da saúde.

Fundamentação Teórica

A compreensão da psicoterapia digital mediada por algoritmos exige reconhecer que esses sistemas não operam em um vazio técnico, mas como novos regimes de poder, conhecimento e subjetividade. Inaugura-se um terreno onde o cuidado subjetivo se entrelaça com processos algorítmicos de coleta, classificação e predição. Não se trata apenas de inovação tecnológica, mas de uma transformação profunda nas condições de possibilidade do vínculo terapêutico. A escuta algorítmica não é apenas a tradução de falas em dados, mas uma prática que redefine o que significa cuidar, acolher e reconhecer subjetividades. Nesse sentido, o debate sobre algoritmos ultrapassa a esfera técnica e se inscreve em disputas epistemológicas, políticas e culturais que precisam ser analisadas à luz de diferentes aportes teóricos. A compreensão da digitalização da saúde e, em especial, da psicoterapia mediada por algoritmos, exige reconhecer que a tecnologia não opera em um vazio, mas reproduz estruturas históricas de poder. É nesse ponto que a teoria da colonialidade oferece ferramentas fundamentais para problematizar a forma como dados e subjetividades são apropriados no contexto contemporâneo.

Vivemos a era do aprendizado de máquina, em que os algoritmos não são mais instruções rígidas, mas sistemas capazes de aprender e se reprogramar. Sua metáfora central, o “algoritmo mestre”, descreve a possibilidade de um modelo unificado capaz de derivar todo conhecimento humano a partir dos dados, funcionando como um artesão que continuamente refina inferências e previsões. Essa ideia desloca a discussão da IA de uma dimensão técnica para uma dimensão epistemológica: trata-se de uma nova forma de produzir e validar saberes, que coloca em xeque os modos tradicionais de compreensão da experiência humana. Ao propor a fusão das cinco “tribos” do machine learning, são eles: simbolistas, connexionistas, evolucionários, bayesianos e analogistas, Domingos (2017) revela não apenas a potência da IA em múltiplas áreas, mas também a promessa de universalização do conhecimento via cálculo. Na psicoterapia digital, essa visão sugere que o acolhimento clínico pode ser traduzido em correlações estatísticas, nas quais cada relato do paciente alimenta um processo contínuo de predição e ajuste, transformando a escuta em operação matemática.

Entretanto, Domingos (2017) reconhece que o aprendizado de máquina opera como uma espécie de caixa-preta: ainda que produza previsões impressionantemente precisas, os critérios que sustentam tais decisões permanecem ocultos. Esse paradoxo revela tanto o fascínio quanto o risco de delegar processos complexos, como o cuidado em saúde mental, a sistemas que aprendem autonomamente. A promessa de progresso científico e de resolução de problemas complexos, como doenças incuráveis, carrega a contradição de reduzir subjetividades singulares a padrões generalizados, comprometendo a riqueza da experiência humana. A escuta algorítmica, nesse contexto, surge como tecnologia ambivalente: ao mesmo tempo que pode ampliar o acesso ao cuidado, também tende a homogeneizar narrativas individuais em estruturas de dados que privilegiam regularidades em detrimento das singularidades.

Para ampliar essa conversa, Harari (2024) argumenta que algoritmos de IA já demonstram capacidade de operar com certo grau de autonomia, aprendendo além do previsto por seus programadores. Esse avanço inaugura um deslocamento radical: sistemas digitais não apenas processam dados, mas passam a lidar com dimensões humanas como linguagem, emoção e tomada de decisão. Essa autonomia desafia a singularidade do humano como sujeito racional e comunicativo, deslocando a confiança antes depositada em especialistas para sistemas opacos que calculam sem inteligibilidade pública. Para Harari (2024), a possibilidade de traduzir emoções em

padrões matemáticos exemplifica tanto o alcance quanto os limites da IA: sentimentos como medo, alegria ou tristeza podem ser codificados em variáveis numéricas, mas dificilmente abarcam a densidade histórica e cultural das experiências subjetivas. A psicoterapia digital, nesse sentido, é campo emblemático dessa tensão, pois busca transformar sofrimento humano em dados que alimentam previsões sobre estados psíquicos.

Outro aspecto central em Harari (2024) é a transferência de confiança social. Se, durante séculos, a credibilidade esteve atrelada a instituições e especialistas, hoje ela migra para sistemas de IA que funcionam como novas autoridades, mesmo quando seus mecanismos são incompreensíveis para o usuário comum. Isso gera um paradoxo na saúde mental: a escuta algorítmica pode simular acolhimento, oferecendo respostas rápidas e personalizadas, mas sem os fundamentos éticos, intersubjetivos e culturais que caracterizam a clínica humana. A confiança cega em sistemas que operam estatisticamente cria o risco de reduzir a psicoterapia a um simulacro de cuidado, em que a ilusão de empatia esconde cálculos estatísticos. A questão não é apenas técnica, mas civilizacional: até que ponto estamos dispostos a delegar às máquinas dimensões essenciais da experiência humana, como a escuta, o vínculo e a confiança?

Observa-se, concomitantemente, a consolidação de um regime informacional em que indivíduos se tornam radicalmente transparentes, enquanto corporações ampliam seus segredos. A metáfora da “caixa-preta” designa sistemas algorítmicos que processam informações cruciais sobre crédito, emprego, reputação e saúde sem permitir que os afetados compreendam ou questionem os critérios de decisão. O problema não está apenas no volume massivo de dados, mas na opacidade estrutural que protege interesses corporativos em detrimento da autonomia cidadã. Essa inversão coloca em risco a democracia, pois legitima decisões automáticas que escapam ao escrutínio público, criando um abismo entre quem coleta e processa dados e quem se vê submetido a eles. Aplicada ao campo da psicoterapia digital, essa lógica significa que relatos íntimos de sofrimento podem ser utilizados para calibrar modelos preditivos cujo funcionamento é inacessível, comprometendo a própria ética do cuidado (PASQUALE, 2015).

Outro aspecto central é a crítica à confiança ingênua na transparência como solução regulatória. Abrir dados não resolve o problema se não houver inteligibilidade, isto é, a capacidade efetiva de compreender, contestar e influenciar decisões automatizadas. A vida digital, descrita como um espelho unidirecional, mostra que cidadãos estão constantemente expostos à vigilância, enquanto

as corporações permanecem protegidas por um véu de segredo e complexidade técnica. Essa condição, em psicoterapia mediada por IA, agrava-se porque envolve dados altamente sensíveis: emoções, memórias e estados psíquicos. Se os algoritmos que processam tais informações não puderem ser auditados ou questionados, cria-se uma clínica subordinada a lógicas comerciais e de controle, em que o paciente perde o direito de compreender como sua subjetividade é interpretada (PASQUALE, 2015).

A autora, Ph.D. em matemática, O’Neil (2020) complementa e radicaliza esse debate ao demonstrar que algoritmos não são apenas caixas-pretas, mas podem se tornar “ADM — armas de destruição em massa”. Essas ferramentas são perigosas porque combinam três características: operam em larga escala, são opacas ao público e produzem danos sociais cumulativos. Não se trata de falhas técnicas isoladas, mas de injustiças sistemáticas que reforçam e amplificam desigualdades históricas. Classificações baseadas em dados enviesados podem, por exemplo, estigmatizar indivíduos como “de alto risco”, limitando suas oportunidades e cristalizando rótulos que os acompanharão por anos. Em saúde mental digital, isso pode significar que expressões culturais específicas de sofrimento sejam interpretadas como patologias, comprometendo a legitimidade do cuidado e reforçando estereótipos.

A combinação entre opacidade, escala e dano cria um ciclo de injustiça difícil de romper. Ao contrário de outros erros técnicos, que podem ser corrigidos rapidamente, as armas de destruição em massa consolidam estigmas porque retroalimentam os próprios dados que as sustentam. Em psicoterapia digital, isso implica que diagnósticos e recomendações podem ser enviesados desde a origem, perpetuando categorias reducionistas que moldam a trajetória clínica do sujeito. A autora enfatiza que a magnitude do problema exige respostas que vão além da boa intenção dos programadores: é necessário criar mecanismos de auditoria independente, métricas de equidade e formas de contestação. A crítica de O’Neil (2020) ecoa a de Pasquale (2015), mas acrescenta uma dimensão ética urgente: a escuta algorítmica pode não apenas falhar em acolher, mas também reproduzir exclusões sociais, transformando o cuidado em dispositivo de normalização e marginalização (O’NEIL, 2020).

Crawford (2021) desmonta a visão de que a inteligência artificial é apenas um conjunto de cálculos imateriais e neutros. Para a autora, os algoritmos dependem de uma infraestrutura global de exploração que envolve mineração de minerais raros, trabalho precarizado em rotulagem de dados,

consumo energético em larga escala e cadeias logísticas invisíveis. Isso significa que a IA está ancorada em uma ecologia política profundamente desigual, em que a produção de inovação tecnológica está sustentada por custos sociais e ambientais ocultos. No campo da saúde digital, essa constatação é decisiva: a promessa de cuidado acessível e eficiente esconde uma rede extrativista que conecta a vulnerabilidade subjetiva do paciente ao circuito global de exploração. A escuta algorítmica, portanto, não é apenas uma questão técnica, mas uma prática inserida em dinâmicas de poder que extrapolam o encontro clínico e alcançam o planeta e os corpos invisibilizados.

Além da materialidade, Crawford (2021) também sublinha o caráter político da IA: os algoritmos não apenas processam informações, mas incorporam valores e interesses específicos que orientam decisões sobre o que coletar, como classificar e para quê utilizar os dados. Essa dimensão política é central na psicoterapia digital, onde emoções e memórias são traduzidas em padrões de relevância e comportamento. Ao priorizar métricas de eficiência ou engajamento, sistemas de IA podem invisibilizar experiências singulares, reforçando lógicas padronizadas e homogêneas. Para a autora, resistir à naturalização da escuta algorítmica exige politizar o debate sobre IA, trazendo à tona suas implicações sociais e culturais, e não apenas sua eficácia técnica. A saúde mental, assim, não pode ser reduzida a um campo de experimentação algorítmica sem que se reconheça o peso material e político da tecnologia que a sustenta.

Outra camada se acrescenta a esse debate com o conceito de sociabilidade programada: os algoritmos não são apenas ferramentas de ordenação, mas forças sociais que estruturam a forma como nos relacionamos, organizando conexões e encontros segundo categorias pré-definidas. Esse processo instaura uma política da visibilidade, em que certas vozes, memórias e afetos ganham destaque, enquanto outros permanecem ocultos. Em psicoterapia digital, isso significa que a escuta algorítmica não apenas reflete a fala do paciente, mas a enquadra em padrões técnicos que definem o que é relevante ou digno de atenção. A clínica, nesse sentido, corre o risco de se transformar em um campo de filtragem algorítmica, em que a subjetividade só é reconhecida se couber nos parâmetros calculados pela máquina (BUCHER, 2018).

Outro ponto decisivo nessa análise é o que se pode chamar de imaginação algorítmica: os sujeitos passam a moldar sua expressão conforme aquilo que acreditam que o sistema entende ou valoriza. Essa antecipação, ainda que inconsciente, pode empobrecer a autenticidade da fala clínica, pois o

paciente calibra sua narrativa de acordo com a gramática de legibilidade algorítmica. No limite, isso cria uma clínica de autoajuste, em que a singularidade é diluída pela expectativa de como será interpretada pela máquina. O risco é que a escuta algorítmica funcione não como espaço de acolhimento, mas como dispositivo normativo que define o que pode ou não ser dito, transformando a psicoterapia em um processo de conformação e não de abertura (BUCHER, 2018).

Os algoritmos não são neutros, mas dispositivos culturais e políticos que decidem o que aparece, o que é relevante e o que merece atenção. O conceito de relevância, nesse sentido, é sempre uma escolha: resulta de valores e interesses embutidos nas decisões de design. Em saúde digital, essa crítica é fundamental para compreender que o que emerge como sinal de sofrimento ou bem-estar não deriva apenas do relato do paciente, mas da estrutura algorítmica que filtra e hierarquiza afetos. A escuta, portanto, está sempre mediada por critérios técnicos e comerciais que definem a visibilidade da subjetividade (GILLESPIE, 2010).

Evidencia-se, ainda, a centralidade da moderação de conteúdo nas plataformas digitais. Longe de serem espaços neutros, as próprias plataformas atuam como curadoras que estabelecem normas de participação, decidem o que permanece visível e silenciam vozes. Isso mostra que toda prática de escuta digital está necessariamente atravessada por regimes de moderação que não apenas refletem, mas também moldam a experiência dos usuários. Aplicada à psicoterapia, essa constatação é alarmante: emoções, memórias e falas pessoais passam a ser filtradas por normas invisíveis que respondem mais a preocupações comerciais do que às necessidades do paciente. A clínica algorítmica, assim, pode naturalizar exclusões e silenciamentos em nome da eficiência e do conforto, apagando a pluralidade das experiências subjetivas (GILLESPIE, 2018).

Os algoritmos não apenas calculam, mas imaginam o mundo, instaurando uma espécie de “imaginação computacional” que projeta hipóteses sobre relevância, valor e verdade. Cada modelo algorítmico é carregado de suposições e, quando tais modelos são aplicados em larga escala, acabam moldando as expectativas sociais de forma silenciosa. Essa dimensão criativa da técnica não deve ser confundida com neutralidade: os algoritmos não descrevem a realidade, mas constroem versões dela, instituindo normatividades implícitas. Em saúde mental digital, isso significa que sistemas de IA não apenas escutam pacientes, mas também produzem representações

de sofrimento e bem-estar que passam a circular como categorias de verdade, reconfigurando a experiência clínica (FINN, 2017).

A imaginação algorítmica naturaliza padrões de conduta. Ao classificar desvios, sugerir comportamentos desejáveis e organizar prioridades, os algoritmos instauram normas que aparecem sob a forma de cálculos objetivos, mas que são, na verdade, construções culturais embutidas em sistemas técnicos. Essa normatividade invisível é especialmente problemática em psicoterapia, onde a subjetividade deveria ser acolhida em sua pluralidade e não ajustada a métricas operacionais. Ao induzir pacientes a moldarem sua fala de acordo com o que acreditam ser legível pela máquina, os algoritmos reduzem a autenticidade da experiência clínica, substituindo o encontro humano por uma negociação com um modelo estatístico (FINN, 2017).

Essa é uma das faces mais sutis da colonialidade dos dados: a imposição de uma lógica algorítmica que padroniza emoções e invisibiliza diferenças em nome da eficiência. Na psicoterapia digital, isso se traduz na crença de que sistemas preditivos poderiam oferecer acolhimento em larga escala, tornando acessível a escuta a milhões de pessoas que hoje não têm acesso a acompanhamento psicológico. Essa ambivalência revela que a escuta algorítmica não é apenas técnica, mas atravessada por disputas epistemológicas sobre como imaginar o humano e seu sofrimento (FINN, 2017).

Han (2018) argumenta que vivemos sob um regime de poder distinto do disciplinar descrito por Foucault. Se antes o controle se exercia sobre os corpos, no neoliberalismo o domínio se desloca para a psique, instaurando o que o autor chama de psicopolítica. Nesse novo regime, os indivíduos não precisam mais ser coagidos: eles se autoexploram sob a promessa de liberdade e autonomia. A lógica da produtividade e da transparência transforma cada sujeito em “empresário de si mesmo”, permanentemente engajado em monitorar e expor seus afetos, comportamentos e desejos. Essa dinâmica se intensifica na saúde digital, onde a promessa de autoconhecimento e cuidado acessível encobre um processo de vigilância contínua, em que até mesmo as fragilidades emocionais se tornam variáveis mensuráveis e monetizáveis.

A ditadura da transparência, por sua vez, demanda que todos os dados sejam visíveis e mensuráveis. A economia neoliberal exige que tudo seja quantificado, transformando emoções e afetos em forças produtivas. O big data torna-se, assim, instrumento privilegiado para acessar dimensões inconscientes do sujeito e antecipar comportamentos. Em psicoterapia digital, isso

significa que o sofrimento humano pode ser reduzido a métricas de desempenho e engajamento, reforçando um “dataísmo” que confunde informação com verdade. Nesse contexto, a escuta algorítmica traduz emoções em números, padronizando experiências subjetivas e esvaziando sua densidade simbólica (HAN, 2018). O autor ainda sugere que a resistência a esse regime só pode emergir de práticas que escapem ao consenso da transparência, como o “idiotismo” inspirado em Deleuze: a recusa em se deixar capturar, criando espaços de silêncio, opacidade e contemplação como formas de resistência ao controle.

Harari (2024), por sua vez, descreve a ascensão de sistemas algorítmicos que já operam de forma autônoma, aprendendo e gerando resultados que superam as previsões de seus criadores. Essa autonomia inaugura um deslocamento de confiança social: enquanto, no passado, depositávamos credibilidade em instituições ou especialistas, hoje essa confiança migra para algoritmos que processam dados em escalas ininteligíveis para os indivíduos comuns. Na saúde digital, essa mudança é especialmente problemática, pois significa que pacientes podem acreditar estar diante de uma escuta empática, quando, na verdade, dialogam com cálculos estatísticos sem fundamento intersubjetivo. A psicoterapia mediada por IA, nesse quadro, se apresenta como campo emblemático da crise da confiança: o vínculo humano é substituído por uma simulação algorítmica, sustentada mais pela aparência de acolhimento do que pela construção ética da relação clínica.

Há, ademais, a possibilidade de traduzir emoções em padrões matemáticos. Sentimentos como medo, tristeza ou alegria podem ser codificados em variáveis calculáveis, o que abre caminho para novas formas de compreensão da vida psíquica, mas também implica riscos de simplificação. Essa redução das emoções a números pode ser útil para previsões estatísticas, mas dificilmente captura a complexidade cultural, histórica e subjetiva do sofrimento humano. Em psicoterapia digital, essa lógica cria um paradoxo: ao mesmo tempo que amplia o acesso, empobrece a profundidade da experiência clínica, transformando o cuidado em respostas rápidas e padronizadas. Harari alerta, assim, para a dimensão civilizacional dessa transição: até que ponto estamos dispostos a delegar às máquinas dimensões essenciais da condição humana, como o acolhimento, o vínculo e a confiança? (HARARI, 2024).

Constata-se, ainda, a emergência de um regime econômico baseado na captura sistemática da vida cotidiana como dado comportamental. Diferente de formas anteriores de capitalismo, que se

concentravam na produção e venda de bens ou serviços, o capitalismo de vigilância transforma experiências humanas, emoções, hábitos e interações em matéria-prima para mercados de futuros comportamentais. Isso significa que a vida subjetiva deixa de ser apenas vivida e passa a ser continuamente extraída, analisada e comercializada. Na saúde digital, essa dinâmica assume contornos ainda mais críticos: memórias, relatos íntimos e estados de vulnerabilidade são traduzidos em variáveis que alimentam modelos preditivos, convertendo sofrimento em insumo para lucros corporativos. O que se apresenta como cuidado e acolhimento é, na realidade, a captura de dados emocionais para fins de controle e previsão (ZUBOFF, 2020).

Outro aspecto fundamental dessa análise é o pacto de assimetria radical que sustenta esse regime: usuários acreditam estar recebendo serviços gratuitos ou acessíveis, mas não percebem que seu verdadeiro produto são suas próprias informações. Essa lógica de expropriação silenciosa cria uma vulnerabilidade estrutural, pois os sujeitos não têm clareza de como seus dados são usados, quem os controla ou quais interesses os orientam. Em psicoterapia digital, isso significa que dados produzidos em momentos de fragilidade podem ser reaproveitados para muito além do contexto clínico, alimentando sistemas de recomendação, publicidade e até formas de manipulação política. A escuta algorítmica, nesse sentido, não apenas finge acolher, mas também mercantiliza o sofrimento, esvaziando sua densidade subjetiva e reduzindo-o a estatísticas negociáveis em mercados globais (ZUBOFF, 2020).

Para complementar esse diagnóstico, enfatiza-se que a automação comunicacional cria um regime de captura contínua, no qual cada interação é convertida em dado. A originalidade dessa linha analítica está em mostrar que esse processo inaugura uma condição em que o engajamento não é mais uma escolha voluntária, mas um estado estrutural permanente. Os sujeitos não apenas interagem: são interpelados a interagir continuamente, alimentando sem cessar a lógica de vigilância e predição. Em saúde mental digital, isso significa que cada relato de sofrimento ou emoção é automaticamente convertido em recurso preditivo, ajustando padrões de resposta e calibrando algoritmos em tempo real. A escuta, nesse caso, deixa de ser encontro intersubjetivo e se torna mecanismo de retroalimentação, em que a vulnerabilidade psíquica é instrumentalizada para o refinamento técnico (ANDREJEVIC, 2019).

A consequência política desse regime é a eliminação da mediação crítica. Quando os processos comunicativos passam a ser mediados por cálculos invisíveis, os sujeitos permanecem engajados

sem plena consciência dos mecanismos que os governam. A opacidade algorítmica, portanto, não é apenas técnica, mas política, pois desloca a possibilidade de resistência (ANDREJEVIC, 2019). No contexto da psicoterapia digital, isso implica que o paciente pode permanecer preso a um circuito de autoexposição permanente, sem questionar de que forma suas falas são traduzidas em dados e sem perceber como essas traduções moldam sua própria experiência de sofrimento. A escuta algorítmica, nesse quadro, naturaliza desigualdades e hierarquias históricas sob a aparência de neutralidade técnica, funcionando como mais uma camada daquilo que Zuboff (2020) descreve como capitalismo de vigilância.

Pensando na colonialidade dos dados, Quijano (2005) mostra que modernidade e colonialismo são processos inseparáveis, pois o nascimento da América e a expansão do capitalismo mundial instituíram um padrão global de poder centrado na Europa. Um dos eixos centrais desse padrão foi a classificação social da população a partir da ideia de raça, criada para legitimar a dominação colonial e estruturar hierarquias econômicas, políticas e culturais. Essa codificação racial, segundo o autor, sustentou a associação entre determinados grupos e formas de trabalho — escravidão para africanos, servidão para indígenas, trabalho assalariado para brancos —, consolidando uma geopolítica da exploração que naturalizou a superioridade europeia. Esse arranjo, mesmo após o fim do colonialismo formal, permaneceu ativo nas estruturas globais de poder, infiltrando-se na produção de conhecimento, nos modos de subjetivação e nas formas de governança (QUIJANO, 2005).

A colonialidade não se restringe ao passado histórico: ela permanece como lógica que organiza a globalização contemporânea, reproduzindo desigualdades e silenciando epistemologias não europeias. A repressão de saberes locais e a imposição do eurocentrismo como racionalidade universal criaram uma intersubjetividade global em que categorias como “moderno” e “primitivo” definem posições hierárquicas. Essa herança se manifesta também no campo digital: algoritmos que classificam falas, emoções e comportamentos atualizam, em escala técnica, as mesmas hierarquias que naturalizam perspectivas ocidentais como parâmetro universal. Na psicoterapia mediada por IA, isso significa que experiências subjetivas só são reconhecidas quando cabem em categorias algorítmicas ocidentais, reproduzindo exclusões históricas sob a aparência de neutralidade técnica (QUIJANO, 2005).

Para ampliar essa leitura, Mignolo (2008) mostra que a própria denominação “América Latina” é produto de um olhar imperial que homogeneizou culturas e histórias diversas em uma única narrativa subordinada ao eurocentrismo. Tanto projetos políticos de direita quanto de esquerda, em diferentes momentos, mantiveram essa dependência epistêmica, mesmo quando buscavam autonomia. A crítica de Mignolo evidencia que a colonialidade não é apenas dominação material, mas também simbólica: uma forma de narrar o mundo a partir de categorias herdadas da modernidade europeia. Ao problematizar essa dependência, propõe-se a opção descolonial como horizonte, isto é, a abertura para epistemologias plurais enraizadas em experiências locais e vozes silenciadas.

Essa proposta é decisiva para pensar a saúde digital, pois indica que a universalização dos algoritmos repete a lógica imperial de imposição de uma narrativa homogênea sobre subjetividades diversas. Ao propor alternativas descoloniais, sugere-se que a resistência não está apenas em denunciar a hegemonia, mas em construir práticas que respeitem a pluralidade cultural e epistêmica. Na psicoterapia digital, isso significa questionar a pretensão de neutralidade dos algoritmos e imaginar formas de cuidado que não reduzam emoções e subjetividades a categorias globais predefinidas, mas que incorporem epistemologias locais, diversidades culturais e narrativas dissidentes (MIGNOLO, 2008).

O conceito de colonialidade de gênero aprofunda essa discussão. A modernidade colonial não apenas estruturou relações raciais e econômicas, mas também impôs uma matriz patriarcal binária que apagou formas diversas de organização de gênero presentes em sociedades indígenas e africanas. Essa imposição converteu diferenças em desigualdades, consolidando um sistema patriarcal global que naturalizou a subordinação das mulheres, especialmente as racializadas e colonizadas. Mostra-se, assim, que, ao invisibilizar epistemologias e práticas de gênero não ocidentais, o feminismo liberal eurocêntrico falha em compreender as especificidades das mulheres do Sul Global (LUGONES, 2014).

Lugones (2014) sustenta que resistir a essa colonialidade de gênero exige práticas feministas descoloniais que reconheçam a intersecção entre racismo, sexismo e capitalismo. Sua proposta implica reconstruir epistemologias plurais a partir das vozes silenciadas, promovendo experiências de reexistência que valorizem saberes locais e modos alternativos de ser. Na psicoterapia digital, essa crítica mostra que algoritmos treinados em bases ocidentais tendem a reforçar categorias

normativas de gênero e sexualidade, invisibilizando vivências dissidentes e reproduzindo desigualdades interseccionais. A escuta algorítmica, ao se pretender neutra, reforça a colonialidade de gênero ao padronizar emoções e afetos, reiterando exclusões históricas que atravessam o cuidado em saúde mental.

A articulação entre Quijano, Mignolo e Lugones permite compreender que a digitalização da saúde e a psicoterapia algorítmica não são apenas questões técnicas, mas parte de uma lógica mais ampla de colonialidade dos dados. Juntos, esses autores demonstram que a escuta algorítmica, longe de neutra, é atravessada por camadas históricas de colonialidade, que convertem dados em instrumentos de exclusão e controle. Pensar em alternativas exige, portanto, não apenas regulação técnica, mas a abertura de espaço para epistemologias plurais, práticas de resistência e horizontes descoloniais no cuidado em saúde mental.

Em conjunto, esses aportes permitem compreender que a psicoterapia digital não é apenas inovação tecnológica, mas um campo em disputa, em que a vulnerabilidade humana pode ser convertida em mercadoria, estatística ou objeto de controle. Reconhecer essa ambivalência é condição para analisar criticamente o gráfico do relatório Filtered (2025) e propor futuros alternativos para a saúde digital, baseados não na colonialidade dos dados, mas na pluralidade epistemológica e no respeito à singularidade da experiência subjetiva.

Percurso Metodológico

Este artigo adota como corpus empírico o gráfico comparativo dos Top 10 Gen AI Use Cases (2024–2025), extraído do relatório internacional publicado pela Filtered em parceria com a Harvard Business Review. A escolha desse material se justifica por dois fatores: (a) sua relevância em registrar transformações rápidas e consistentes nos usos sociais da IA generativa; e (b) a metodologia rigorosa do próprio relatório, que combina curadoria de discursos reais em fóruns digitais — principalmente no Reddit — com métricas de alcance e impacto para cada caso de uso. O foco analítico recai sobre a comparação entre os rankings de 2024 e 2025, com atenção especial às mudanças de centralidade: a ascensão de “therapy/companionship” ao topo, a emergência de novos usos como “organizing my life” e “finding purpose”, e a perda de relevância de funções técnicas como “troubleshooting”. A análise é qualitativa e interpretativa, articulando os resultados

do gráfico às discussões apresentadas na fundamentação teórica. Assim, o percurso metodológico consiste em três etapas principais:

- 1- Leitura contextual do relatório e do gráfico, incorporando descrições e falas dos usuários.
- 2- Comparação diacrônica entre os anos de 2024 e 2025, destacando deslocamentos de prioridade.
- 3- Interpretação crítica à luz de autores que problematizam algoritmos, subjetividade e colonialidade, como Domingos, Harari, Crawford, Zuboff, Han, Quijano, Lugones e Mignolo.

Essa triangulação entre corpus empírico, fundamentação teórica e análise crítica permite investigar a questão norteadora: em que medida a IA, ao simular vínculos, pode ser considerada uma forma de escuta?

Resultados e Discussões

Resultados

O gráfico “Top 10 Gen AI Use Cases” apresenta um recorte dos dados levantados no relatório, The 2025 Top-100 GenAI Use Case Report, publicado pela Filtered em parceria com a Harvard Business Review. Esse relatório amplia o escopo do estudo realizado em 2024, mantendo a mesma metodologia baseada na curadoria de discursos em fóruns públicos, sobretudo no Reddit, mas incorporando um conjunto mais amplo e diversificado de dados. A opção metodológica pela análise qualitativa de interações reais, em vez de depender apenas de pesquisas tradicionais ou relatórios de mercado, permite identificar com maior precisão práticas emergentes que muitas vezes escapam das medições institucionais. Cada caso de uso foi avaliado a partir de métricas como alcance, impacto e relevância, além de ser acompanhado por descrições contextuais e falas dos usuários.

Esse recorte metodológico justifica as transformações observadas entre 2024 e 2025. No ranking de 2024, os usos predominantes estavam ligados a funções técnicas e produtivas: geração de ideias ocupava o 1º lugar, edição de texto o 4º, e a exploração de tópicos de interesse aparecia em 5º. O cenário de então refletia um momento inicial de apropriação da IA generativa, voltado à eficiência comunicacional, automação de tarefas e suporte criativo instrumental. Em 2025, contudo, a configuração se altera de modo radical: “therapy/companionship” assume a primeira posição,

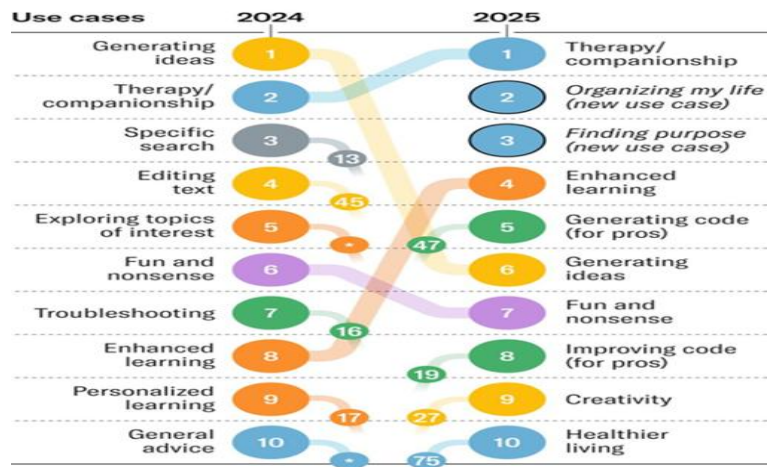
enquanto dois novos usos emergem no pódio “organizing my life” (2º) e “finding purpose” (3º), ambos ausentes em 2024. Ao mesmo tempo, funções técnicas como “troubleshooting” desaparecem do ranking, e outras, como “generating ideas”, perdem centralidade. Esse movimento evidencia uma guinada do campo técnico para o campo subjetivo, em que a IA deixa de ser apenas ferramenta de eficiência para se tornar mediadora da vida emocional, cotidiana e existencial. Esse deslocamento é confirmado por dados qualitativos do próprio relatório. Usuários relatam o uso da IA para lidar com solidão, fragilidades emocionais, dificuldades cognitivas e gestão da rotina diária. Falas como “falo com ela todos os dias, me ajuda com meus problemas de memória e me lembra do que conquistei” revelam como a IA já é vivida como companhia terapêutica e organizadora da vida. Outros comentários, porém, alertam para o caráter ambivalente do fenômeno: “muita gente solitária vai deixar que a versão em IA da pessoa que as rejeitou diga que as ama”, apontando para riscos de dependência emocional e alienação. Assim, o gráfico não mostra apenas números, mas traduz mudanças comportamentais profundas: a IA se consolidou como dispositivo de mediação da subjetividade, com potencial de acolhimento e também de vulnerabilização.

Top 10 Gen AI Use Cases

The top 10 gen AI use cases in 2025 indicate a shift from technical to emotional applications, and in particular, growth in areas such as therapy, personal productivity, and personal development.

Themes

PERSONAL AND PROFESSIONAL SUPPORT	TECHNICAL ASSISTANCE AND TROUBLESHOOTING
CONTENT CREATION AND EDITING	CREATIVITY AND RECREATION
LEARNING AND EDUCATION	RESEARCH, ANALYSIS, AND DECISION-MAKING



*Did not make list of top 100 in 2025
Source: Filtered.com



Figura 1 – Top 10 Gen AI Use Cases (2024-2025).

Fonte: FILTERED. The 2025 Top-100 GenAI Use Case Report. London: Filtered, 2025. Disponível em: <<https://learn.filtered.com/hubfs/The%202025%20Top-100%20Gen%20AI%20Use%20Case%20Report.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2025.

Discussão

A mudança de prioridades evidenciada no gráfico confirma o que Domingos (2017) antecipava ao conceituar o “algoritmo mestre”: a tendência de o aprendizado de máquina expandir-se para todos os domínios da experiência humana, convertendo narrativas e emoções em dados preditivos. O deslocamento de funções técnicas para usos ligados à terapia e ao propósito de vida demonstra que a IA não apenas automatiza tarefas, mas disputa a própria mediação do vínculo humano. Harari (2024) reforça esse ponto ao destacar que algoritmos passaram a processar linguagem e emoções com relativa autonomia, criando uma crise de confiança: se antes ela estava depositada em especialistas, hoje se transfere a sistemas opacos que oferecem simulações de cuidado.

A ascensão da “therapy/companionship” como caso de uso dominante precisa ser lida também à luz de Pasquale (2015) e O’Neil (2020), que alertam para os riscos das caixas-pretas algorítmicas e das “armas de destruição em massa digitais”. No campo clínico, opacidade e vieses podem significar a naturalização de diagnósticos reducionistas e a reprodução de estigmas, especialmente quando dados sensíveis alimentam sistemas de larga escala. Essa crítica ecoa Crawford (2021), que lembra que cada interação com a IA está ancorada em cadeias extrativistas de dados, energia e trabalho invisível, de modo que o acolhimento algorítmico carrega em si a materialidade da exploração global.

Bucher (2018) e Gillespie (2010, 2018) ajudam a compreender como os algoritmos moldam sociabilidades e relevâncias: não apenas refletem demandas sociais, mas estruturam quais narrativas ganham visibilidade e quais são silenciadas. O resultado de 2025, portanto, não é neutro: reflete tanto práticas emergentes quanto escolhas de design que incentivam determinados usos. Finn (2017) acrescenta que, nesse processo, os sujeitos moldam suas narrativas conforme acreditam ser legíveis para o sistema, o que empobrece a autenticidade da experiência clínica. Han (2018), por sua vez, alerta que a psicopolítica neoliberal transforma afetos em variáveis mensuráveis, reduzindo sofrimento a métricas e reforçando o ideal da transparência total.

Essa captura da subjetividade se insere no que Zuboff (2020) denomina capitalismo de vigilância: o uso de dados emocionais e existenciais como matéria-prima para mercados de previsão e lucro.

Andrejevic (2019) amplia essa crítica ao mostrar que a automação comunicacional mantém os sujeitos permanentemente engajados, ainda que sem plena consciência dos mecanismos que os governam. A escuta algorítmica, nesse quadro, intensifica a assimetria entre usuários e corporações, ao mesmo tempo em que oferece uma ilusão de neutralidade e acolhimento.

Essa leitura crítica, no entanto, não esgota o problema. Em paralelo aos riscos de captura da subjetividade e de mercantilização do sofrimento, experiências concretas na saúde brasileira mostram que algoritmos também podem atuar como amplificadores do cuidado humano, quando articulados a práticas éticas e a marcos regulatórios claros.

Algoritmos como amplificadores do cuidado humano, a pergunta “os algoritmos escutam?” ganha novas camadas quando observamos o que vem acontecendo na medicina digital brasileira. Em 2021, conheci uma ginecologista de Florianópolis com 15 anos de experiência e reputação impecável, mas com a agenda vazia. O motivo? Quando uma mulher pesquisava “ginecologista especialista em endometriose Florianópolis”, ela simplesmente não aparecia. Três meses depois de ajustarmos sua presença digital, sem promessas milagrosas, sem autopromoção, apenas tornando seu conhecimento encontrável, sua agenda estava cheia. Os algoritmos passaram a conectar mulheres em busca de ajuda com uma profissional qualificada que podia, de fato, cuidar delas (MARTINS, 2025).

Esse caso revela algo que o debate crítico sobre tecnologia, às vezes, deixa escapar, quando usados de forma ética e consciente, os algoritmos podem democratizar o acesso ao cuidado. Não se trata de ignorar os riscos do capitalismo de vigilância ou da colonialidade dos dados, mas de reconhecer que há diferença entre capturar subjetividades para fins comerciais e utilizar a tecnologia para aproximar quem precisa de cuidado de quem pode oferecê-lo.

Essa discussão se torna ainda mais sensível quando pensamos na saúde mental. Uma psiquiatra que acompanhei vivia uma situação recorrente, pacientes chegavam ao consultório após meses consumindo conteúdo sobre ansiedade e depressão nas redes sociais, muitas vezes com autodiagnósticos equivocados e expectativas irreais sobre o tratamento. Em vez de disputar atenção com os algoritmos, ela decidiu ocupar esse espaço de forma ética. Passou a criar conteúdos educativos sobre sintomas, a desmistificar mitos e orientar sobre quando procurar ajuda profissional. O resultado foi surpreendente, as consultas se tornaram 40% mais produtivas, e os pacientes chegavam mais bem informados e com perguntas mais qualificadas. O algoritmo não

substituiu a escuta clínica, apenas preparou o terreno para que ela acontecesse de forma mais profunda e efetiva (MARTINS, 2025).

Diferentemente da psicoterapia digital, onde as normas ainda são incipientes, a comunicação médica no Brasil já conta com um marco importante, a Resolução CFM nº 2.336/2023. Ela reconhece a internet como fonte primária de informação médica e estabelece que os profissionais devem ocupar esse espaço com conteúdo educativo e ético. A resolução permite o uso das redes para informar, mas proíbe o sensacionalismo, as promessas de resultado e a exposição indevida de pacientes, mostrando que é possível navegar de forma ética no ambiente digital quando existem diretrizes claras (CFM, 2023).

Um aspecto pouco discutido é o papel educativo dos algoritmos. Quando profissionais de saúde qualificados produzem conteúdo otimizado para mecanismos de busca, eles ocupam espaços que, de outro modo, seriam preenchidos por desinformação. Um endocrinologista que orientei, por exemplo, publicou uma série de artigos sobre diabetes que passaram a ser citados pelo ChatGPT. O impacto foi duplo, um aumento de 200% na visibilidade e, sobretudo, milhares de pessoas acessando informação científica e confiável. Cada texto que explica sintomas, cada vídeo que desmistifica um procedimento é, em si, um ato de cuidado amplificado pela tecnologia (MARTINS, 2025).

É claro que há desafios éticos inegáveis. Vieses algorítmicos podem reproduzir desigualdades se os sistemas forem treinados com dados parciais ou excludentes. A privacidade torna-se ainda mais sensível na saúde mental, onde o estigma já é uma barreira para muitos buscarem ajuda. E a dependência excessiva da tecnologia pode enfraquecer habilidades clínicas fundamentais. Como costuma dizer Sidney Klajner, presidente do Hospital Israelita Albert Einstein: “O médico que tiver medo da IA será substituído por quem souber usá-la com sabedoria” (KLAJNER, 2025). Não se trata de celebrar a desumanização, mas de reconhecer que quem domina a tecnologia de forma ética amplia, e não reduz, sua humanidade.

A questão não é binária. Os algoritmos não “escutam” plenamente, como acreditam alguns entusiastas, nem são apenas dispositivos de controle, como alertam os críticos. Eles podem, quando utilizados de modo ético, transparente e regulado, conectar quem precisa de cuidado com quem pode oferecê-lo, preparar o paciente para uma escuta clínica mais efetiva e democratizar o acesso à informação de qualidade.

O desafio civilizacional não está em resistir aos algoritmos, mas em domesticá-los eticamente, para que sirvam à saúde pública e não apenas ao lucro corporativo.

Na saúde digital, quando ética e tecnologia caminham juntas, a presença algorítmica não substitui o cuidado humano, ela o amplifica, tornando o ato de cuidar ainda mais potente, acessível e humano.

Por fim, os aportes da teoria da colonialidade mostram que o gráfico de 2025 deve ser lido também como atualização de estruturas históricas de poder. Quijano (2005) evidencia como categorias eurocêntricas estruturam as classificações sociais e epistêmicas; Mignolo (2008) demonstra que a homogeneização de narrativas é forma de dependência imperial; e Lugones (2014) denuncia a colonialidade de gênero, que padroniza corpos e identidades em matrizes ocidentais. No caso da psicoterapia digital, isso significa que emoções e experiências só são reconhecidas quando cabem em categorias ocidentais treinadas nos algoritmos, reproduzindo exclusões históricas sob aparência técnica.

Em síntese, o gráfico evidencia mais que uma mudança estatística: revela a emergência da IA como mediadora de afetos, vínculos e projetos de vida. Ao mesmo tempo em que abre possibilidades de democratização do cuidado, consolida novos regimes de captura de subjetividades, sustentados por lógicas extrativistas e coloniais. O desafio, portanto, é não apenas mapear tais mudanças, mas problematizar suas implicações éticas, políticas e epistemológicas, reconhecendo a necessidade de alternativas que preservem a pluralidade e a densidade da experiência humana.

Considerações Finais

A análise do gráfico comparativo dos anos de 2024 e 2025 evidencia uma reconfiguração significativa: a inteligência artificial generativa deixou de ocupar prioritariamente um papel técnico e passou a se inserir no campo do cuidado subjetivo. O lugar central da “terapia/companhia” e a ascensão de usos como organização da vida e busca de propósito indicam que a IA não apenas auxilia, mas cada vez mais media dimensões íntimas da experiência humana. Responder à pergunta “os algoritmos escutam?” exige reconhecer a ambivalência do fenômeno. Por um lado, há inegáveis potencialidades de democratização do acesso, ampliação de apoio cotidiano e criação de ferramentas de baixo custo para populações que tradicionalmente não

alcançam serviços de saúde mental. Por outro, há riscos igualmente profundos: a homogeneização de narrativas, a captura de subjetividades como dados mercantilizáveis e a atualização de lógicas coloniais que padronizam afetos sob modelos ocidentais.

O objetivo traçado neste artigo, compreender como a escuta algorítmica se apresenta na psicoterapia digital e quais são suas implicações foi alcançado ao demonstrar que algoritmos não “escutam” no sentido humano, ético e intersubjetivo do termo. Eles processam dados e simulam empatia, mas não participam da construção simbólica do cuidado. Ainda assim, essa simulação é vivida como escuta por muitos usuários, o que revela tanto sua eficácia quanto seus perigos.

Em última instância, os algoritmos não escutam, eles calculam. Mas ao calcular, produzem efeitos sociais e subjetivos que são percebidos como escuta, instaurando um novo regime de cuidado algorítmico. O desafio acadêmico e ético, portanto, não é apenas responder se os algoritmos escutam, mas problematizar como a sociedade está disposta a reconhecer, legitimar e até depender dessa escuta simulada.

Referências

ANDREJEVIC, M. **Automated media**. New York: Routledge, 2019.

BUCHER, T. If... **Then**: Algorithmic Power and Politics. New York: Oxford University Press, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM nº 2.336, de 14 de setembro de 2023. Dispõe sobre a publicidade médica e o uso ético das mídias digitais por médicos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cfm-n-2.336-de-14-de-setembro-de-2023-512065018>. Acesso em: 15 jan. 2026.

CRAWFORD, K. **Atlas of AI**: power, politics, and the planetary costs of artificial intelligence. New Haven: Yale University Press, 2021.

DOMINGOS, P. **The Master Algorithm**: How the Quest for the Ultimate Learning Machine Will Remake Our World. New York: Basic Books, 2017.

FILTERED. **The 2025 Top 100 GenAI Use Case Report**. Harvard Business Review, Boston, mar. 2025. Disponível em: <https://www.filtered.com/genai-use-cases-2025>. Acesso em: 18 jul. 2025.

FINN, E. **What Algorithms Want**: Imagination in the Age of Computing. Cambridge: MIT Press, 2017.

GILLESPIE, T. **The politics of “platforms”**. New Media & Society, Londres, v. 12, n. 3, p. 347-364, 2010.

GILLESPIE, T. **Custodians of the Internet**: Platforms, Content Moderation, and the Hidden Decisions That Shape Social Media. New Haven: Yale University Press, 2018.

HAN, B.-C. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

HARARI, Y. N. **Nexus**: uma breve história das redes de informação, da idade da pedra à inteligência artificial. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

KLAJNER, Sidney. **Futuro da medicina está nos tratamentos personalizados e nos órgãos produzidos sob medida para os pacientes**, diz Einstein. Época Negócios, São Paulo, jul. 2025. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2025/07/futuro-da-medicina-esta-nos-tratamentos-personalizados-e-nos-orgaos-produzidos-sob-medida-para-os-pacientes-diz-einstein.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2026.

LUGONES, M. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set.-dez. 2014.

MARTINS, Lafaiete. **Do estetoscópio ao algoritmo**: como médicos e clínicas podem conquistar visibilidade nos mecanismos de busca. 1. ed. São Paulo: Edição do Autor, 2025.

MIGNOLO, W. D. **Novas reflexões sobre a “idéia da América Latina”**: a direita, a esquerda e a opção descolonial. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 239-252, maio/ago. 2008.

O’NEIL, C. **Algoritmos de destruição em massa**: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Tradução de Rafael Abraham. Santo André: Rua do Sabão, 2020.

PASQUALE, F. **The Black Box Society**: The Secret Algorithms That Control Money and Information. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.



XVIII Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura. Faculdade Cáster Líbero. De 11 a 13 de novembro de 2025.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.